

# *Geografia*

Organizadores e elaboradores  
Sonia Maria Vanzella Castellar  
Elvio Rodrigues Martins

1  
módulo

*Nome do aluno* \_\_\_\_\_

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Governador: *Geraldo Alckmin*

**Secretaria de Estado da Educação de São Paulo**

Secretário: *Gabriel Benedito Issac Chalita*

**Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP**

Coordenadora: *Sônia Maria Silva*

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Reitor: *Adolpho José Melfi*

**Pró-Reitora de Graduação**

*Sônia Teresinha de Sousa Penin*

**Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária**

*Adilson Avansi Abreu*

**FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAFE**

Presidente do Conselho Curador: *Selma Garrido Pimenta*

Diretoria Administrativa: *Anna Maria Pessoa de Carvalho*

Diretoria Financeira: *Sílvia Luzia Frateschi Trivelato*

**PROGRAMA PRÓ-UNIVERSITÁRIO**

Coordenadora Geral: *Eleny Mitrulis*

Vice-coordenadora Geral: *Sônia Maria Vanzella Castellar*

Coordenadora Pedagógica: *Helena Coharik Chamlian*

**Coordenadores de Área**

**Biologia:**

*Paulo Takeo Sano – Lyria Mori*

**Física:**

*Maurício Pietrocola – Nobuko Ueta*

**Geografia:**

*Sônia Maria Vanzella Castellar – Elvio Rodrigues Martins*

**História:**

*Kátia Maria Abud – Raquel Glezer*

**Língua Inglesa:**

*Anna Maria Carmagnani – Walkyria Monte Mór*

**Língua Portuguesa:**

*Maria Lúcia Victório de Oliveira Andrade – Neide Luzia de Rezende – Valdir Heitor Barzotto*

**Matemática:**

*Antônio Carlos Brolezzi – Elvia Mureb Sallum – Martha S. Monteiro*

**Química:**

*Maria Eunice Ribeiro Marcondes – Marcelo Giordan*

**Produção Editorial**

*Dreampix Comunicação*

Revisão, diagramação, capa e projeto gráfico: *André Jun Nishizawa, Eduardo Higa Sokei, José Muniz Jr. Mariana Pimenta Coan, Mario Guimarães Mucida e Wagner Shimabukuro*



***Cartas ao  
Aluno***

Carta da

---

## *Pró-Reitoria de Graduação*

Caro aluno,

Com muita alegria, a Universidade de São Paulo, por meio de seus estudantes e de seus professores, participa dessa parceria com a Secretaria de Estado da Educação, oferecendo a você o que temos de melhor: conhecimento.

Conhecimento é a chave para o desenvolvimento das pessoas e das nações e freqüentar o ensino superior é a maneira mais efetiva de ampliar conhecimentos de forma sistemática e de se preparar para uma profissão.

Ingressar numa universidade de reconhecida qualidade e gratuita é o desejo de tantos jovens como você. Por isso, a USP, assim como outras universidades públicas, possui um vestibular tão concorrido. Para enfrentar tal concorrência, muitos alunos do ensino médio, inclusive os que estudam em escolas particulares de reconhecida qualidade, fazem cursinhos preparatórios, em geral de alto custo e inacessíveis à maioria dos alunos da escola pública.

O presente programa oferece a você a possibilidade de se preparar para enfrentar com melhores condições um vestibular, retomando aspectos fundamentais da programação do ensino médio. Espera-se, também, que essa revisão, orientada por objetivos educacionais, o auxilie a perceber com clareza o desenvolvimento pessoal que adquiriu ao longo da educação básica. Tomar posse da própria formação certamente lhe dará a segurança necessária para enfrentar qualquer situação de vida e de trabalho.

Enfrente com garra esse programa. Os próximos meses, até os exames em novembro, exigirão de sua parte muita disciplina e estudo diário. Os monitores e os professores da USP, em parceria com os professores de sua escola, estão se dedicando muito para ajudá-lo nessa travessia.

Em nome da comunidade USP, desejo-lhe, meu caro aluno, disposição e vigor para o presente desafio.

Sonia Teresinha de Sousa Penin.

Pró-Reitora de Graduação.

Carta da

---

## *Secretaria de Estado da Educação*

Caro aluno,

Com a efetiva expansão e a crescente melhoria do ensino médio estadual, os desafios vivenciados por todos os jovens matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, no momento de ingressar nas universidades públicas, vêm se inserindo, ao longo dos anos, num contexto aparentemente contraditório.

Se de um lado nota-se um gradual aumento no percentual dos jovens aprovados nos exames vestibulares da Fuvest — o que, indubitavelmente, comprova a qualidade dos estudos públicos oferecidos —, de outro mostra quão desiguais têm sido as condições apresentadas pelos alunos ao concluírem a última etapa da educação básica.

Diante dessa realidade, e com o objetivo de assegurar a esses alunos o patamar de formação básica necessário ao restabelecimento da igualdade de direitos demandados pela continuidade de estudos em nível superior, a Secretaria de Estado da Educação assumiu, em 2004, o compromisso de abrir, no programa denominado Pró-Universitário, 5.000 vagas para alunos matriculados na terceira série do curso regular do ensino médio. É uma proposta de trabalho que busca ampliar e diversificar as oportunidades de aprendizagem de novos conhecimentos e conteúdos de modo a instrumentalizar o aluno para uma efetiva inserção no mundo acadêmico. Tal proposta pedagógica buscará contemplar as diferentes disciplinas do currículo do ensino médio mediante material didático especialmente construído para esse fim.

O Programa não só quer encorajar você, aluno da escola pública, a participar do exame seletivo de ingresso no ensino público superior, como espera se constituir em um efetivo canal interativo entre a escola de ensino médio e a universidade. Num processo de contribuições mútuas, rico e diversificado em subsídios, essa parceria poderá, no caso da estadual paulista, contribuir para o aperfeiçoamento de seu currículo, organização e formação de docentes.

Prof. Sonia Maria Silva

Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

# *Apresentação da área*

Eu sou de Guainases. E eu da Cidades Tiradentes. Onde fica a Vila Prudente? Eu nasci em Guarulhos, mas meu pai veio de Pernambuco. Eu moro na zona Leste, mas trabalho na Freguesia do Ó. E assim poderíamos continuar a citar os diferentes lugares. Um de morada, outro de trabalho. Um de origem outro de chegada. De onde se veio e de onde se vive. Um aqui e um lá, que nos faz deslocar de ônibus, trem, metrô, e dependendo da distância, até mesmo de navio, ou de avião. Às vezes longe, às vezes perto. E, às vezes, quando vamos, voltamos, e por outra ficamos, mudamos de lugar. E no deslocamento, na hora que nos movimentamos, olhamos pela janela a paisagem se movendo, como quem se movesse fosse ela e não nós. Casas, prédios, avenidas, carros, caminhões, pontes, viadutos, praças, estações, pessoas, muitas pessoas, árvores, postes, semáforos, placas (vende-se, compra-se, aluga-se...), anúncios em cartazes vendendo de hambúrguer a cigarro, de carro a jeans, e por aí vai o desfile das paisagens. É a cara da geografia em que vivemos. A geografia da cidade.

Para quem não sabe, tudo parece confuso, no máximo familiar, mas caótico, bagunçado mesmo. E é onde vivemos. Mas porque isso? Porque uma coisa é perto e outra é longe? Por que eu moro aqui e meu trabalho fica em outro lugar? Porque eu sou daqui e meu pai veio de outro lugar? Periferia, o que é isso? Ser da periferia é ser periférico a que? Onde está o centro? E é centro de quê? Afinal, por que as coisas estão localizadas onde estão, distribuídas desse jeito? A gente ouve e por vezes fala: “sou da periferia”, “o Brasil é um país periférico”, e nos perguntamos, que lugar é este, a periferia? Ser de um determinado lugar significa o quê? Tem vezes que a gente diz: olha, ele é carioca e ele é cearense. Daí estamos a falar sem perceber o que cada pessoa é, pois parece que o lugar de onde elas vieram diz muito do que elas são. Pode ser até que isso seja um exagero, mas observe como fazemos isso no dia-a-dia. Pelo menos dá para concluir que muito do que somos depende do lugar de onde vivemos.

De qualquer maneira, existe como responder a todas as perguntas que fizemos aqui. Quem é capaz de responder isso tudo para nós é a Geografia. E é por isso que temos que estudar essa matéria, pois assim podemos responder um tanto quem somos nós. Nesta apostila você vai encontrar um conhecimento que permite a compreensão da sua localização na cidade, no Brasil e no Mundo. Vai compreender a que geografia você pertence ou qual geografia faz parte de você. Também vai descobrir o quanto esta geografia é importante nas nossas vidas, e o quanto é necessário conhecê-la, pois é bem provável que ela necessite ser transformada, modificada, e, quem sabe, até revolucionada.

Agora, para começar, pergunte-se: que Geografia é essa? Se ela está bagunçada, faça como Jorge Ben, chame o síndico, mas neste caso chame o professor de geografia. Não se perca, se oriente rapaz, use o mapa. Tá difícil? Não tem erro, estamos aqui para isso, já que o leste fica aqui, vamos dar o rumo. Bom estudo, ou boa viagem...

# *Apresentação do módulo*

Neste módulo – Geografia Regional do Brasil –, nossos objetivos são o de compreender a Geografia do Brasil mediante a formação territorial brasileira, bem como a diversidade que caracteriza a geografia brasileira na localização e distribuição dos seus distintos lugares. Observar a evolução e as metamorfoses da relação homem/meio, no sentido de observar como esta dinâmica marca a regionalidade deste país.

Ao fazermos a opção por essa concepção metodológica, buscamos por meio do tema central – Regional do Brasil – a integração dos conceitos que estruturam a Geografia na interação da natureza (relevo, solo, clima, vegetação, hidrografia) com a ação determinada da sociedade, no sentido de estabelecer sua reprodução e ordenação espacial na cidade e no campo. Neste sentido, consideramos que estaremos abordando o tema observando a geografia aí presente na realidade.

## Unidade 1

# *A divisão regional*

## *que conhecemos: suas implicações*

Organizadores

Sonia Maria  
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues  
Martins

Elaborador

Elvio Rodrigues  
Martins

Observe o mapa abaixo (figura 1). Com certeza você já o viu em diferentes situações, principalmente no material didático das aulas de geografia, ou mesmo na previsão do tempo na televisão. Trata-se da carta que mostra as distintas regiões brasileiras.



Figura 1. Fonte: IBGE.

Entretanto, algumas perguntas devem ser feitas a este mapa, como: o que essas diferentes regiões significam? Ou mesmo, por que os estados brasileiros estão agrupados dessa maneira, ou seja, o que justifica, por exemplo, que os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná estejam agrupados numa mesma região, que é a região sul? Para que serve essa divisão? Quem a propôs? E mesmo, quando isso ficou estabelecido?

Em princípio, uma possível resposta a alguma dessas perguntas seria: bem, determinados estados estão agrupados em regiões porque eles têm aproximadamente as mesmas características, possuem realidades semelhantes e nisto justificando seu agrupamento em uma única região. E que semelhanças seriam essas? Seriam, em tese, características que envolveriam o clima, o comportamento cultural da sociedade, a vegetação, a presença de atividades econômicas de determinados tipos e assim por diante. Em certa medida, já vemos isso no nosso cotidiano quando nos comunicamos ou quando lemos ou ouvimos algo na imprensa. Vejamos: o que lembra a região nordeste brasileira? Uma possível resposta seria a “seca”, uma característica climática supostamente comum a todos os estados que compõe a região nordeste. Não é incomum daí já deduzirmos as razões de outra característica que marque e justifique que aquele conjunto de estados acabem por definir uma região. Estamos falando das conhecidas “dificuldades sociais” presentes no Nordeste, pois a seca castiga o solo, dificultando a atividade agropecuária, com isso inflingindo a penúria e a escassez à população local. Fazemos aí uma relação de causa e consequência entre a natureza e a sociedade. Em sentido oposto, fala-se da região sul. Ouvem-se mesmo frases do tipo, “a região sul foi o Brasil que deu certo”. Pois, segundo o que este raciocínio argumenta, o clima é favorável, portanto, o solo é fértil. E assim a atividade econômica tem êxito; e, se não bastasse isso, existe uma forte presença de descendentes de imigrantes europeus, principalmente alemães. Aqui, já somou-se no jogo de causas e consequências aspectos de ordem, digamos, “culturais”. Isso tudo a gente ouve por aí, aprende no contato cotidiano e mesmo até na mídia. E, portanto, parece que esse negócio de agrupar estados por regiões não é uma simples classificação, um simples “ajuntamento”. Se o espírito for esse mesmo, de mostrar a ligação de determinadas características do clima, vegetação, solo, relevo, hidrografia, com aspectos relacionados à sociedade, e com isso definir regiões, devemos prestar mais atenção em como isso se estabelece para o Brasil. E dar conta da geografia regional brasileira não é coisa simples. Pensar seriamente tudo isso vai revelar para nós que essas afirmações ouvidas no cotidiano e mesmo na mídia muitas vezes estão profundamente equivocadas. Vejamos.

Saiba você que essa não é a única divisão regional apresentada para o Brasil. Existem e existiram outras formas de dividir o Brasil em regiões e, tanto esta da figura 1 quanto as demais, respondem a todas as perguntas feitas no segundo parágrafo. Diante disso você poderia estar se indagando: e todas essas propostas são válidas, ou existe uma mais correta? A resposta a essa questão aponta para o propósito, para a intenção de quem quer dividir o Brasil em unidades regionais. Ou seja, dependendo do que você quer, você terá a mais acertada divisão regional. E qual o nosso propósito aqui? Não poderia ser outro que conhecer a Geografia do Brasil, que, ao que tudo indica, dada a diversidade de diferentes aspectos existentes no espaço geográfico brasileiro, é constituída de regiões. Dito isso de outra forma, identificar as regiões brasileiras, no sentido de quem quer conhecer a realidade deste país, é buscar identificar quais as regiões que caracterizam a sua Geografia. Não é simples, principalmente quando pomos em associação aspectos relativos à natureza e aspectos relativos à sociedade.

Sendo assim, já podemos indagar: que propósito existe na divisão regional da figura 1? E quem propôs essa divisão? Quem apresentou essa divisão foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o IBGE), um órgão do Estado brasileiro, cujo principal propósito é de natureza administrativa. Ou

seja, o Estado brasileiro necessita fazer a gestão do seu território. Isso significa políticas de geração de energia, aproveitamento dos recursos naturais, políticas de transporte, políticas de fomento ao desenvolvimento agropecuário e industrial e mesmo política demográfica, ou seja, de como estão distribuídos os brasileiros pelo território do Brasil. E como é sabida a diversidade do Brasil, resta ao poder público estabelecer políticas diferenciadas para cada lugar, ou, mais exatamente, intervenções específicas de acordo com a natureza regional do território. Assim, o Estado brasileiro toma para si os principais aspectos a serem relacionados, tanto da natureza como da sociedade; e diante do objetivo de melhor aproveitamento desses aspectos, estabelece políticas nesse sentido. Isso é legítimo e todo Estado-nacional com seu respectivo território tem como meta aproveitar de forma ótima as suas potencialidades, buscando com isso a coesão do território e o pleno desenvolvimento econômico e social. É como se a geografia interferisse no tipo de política adotada, ou seja, uma geopolítica. Tudo isso está em pleno acordo, inclusive com a origem da palavra região, que vem do latim *regere*, que significaria dominar, reger.

Mas alguém poderia dizer: não seria essa divisão regional proposta pelo IBGE suficiente para quem quer conhecer a Geografia do Brasil? Afinal, quem quer intervir, ou planejar, deve ter clareza da natureza daquilo que será objeto de intervenção e planejamento. Isso é verdade, pelo menos em tese. Todavia, para quem quer ser gestor da realidade – e, nesse caso, o gestor é o Estado – certas dinâmicas e aspectos da realidade lhe escapam aos olhos ou não lhe dizem respeito (ou dizem muito pouco). É como se para quem administra, interessasse ver somente determinadas características da realidade, e também possuísse um determinado modo de vê-las. Em síntese, para quem administra, certas características não importam, entretanto, para quem quer conhecer todas as características, importam. Veja um exemplo, observe o que acontece no limite entre a região sudeste e a região nordeste. Não chama a atenção o fato de que subitamente o que caracteriza a região sudeste acabasse exatamente na linha que demarca o estado de Minas Gerais e o da Bahia? Curioso, não? Natureza e sociedade se comportam em suas diferenças exatamente como se divide as unidades federativas brasileiras. Evidentemente, isso não ocorre, entretanto, em nome da finalidade administrativa, as regiões brasileiras têm de respeitar os contornos dos estados brasileiros.

Mas as coisas não necessitam terem só esse propósito. E como dissemos: nosso caso aqui é conhecer a Geografia do Brasil em sua dimensão regional, onde interagem o homem e seu meio, a sociedade e a natureza.

## Unidade 2

# *Divisão regional: quando a natureza fala mais alto*

Há muito tempo geógrafos e outros profissionais interessados nesse assunto pensaram nisso. E com isso (como dito linhas atrás), deram origem a diferentes propostas para divisão regional do Brasil. Observe o que apresentamos na figura 2 na próxima página.

Aqui encontramos uma série de propostas para a definição da divisão regional brasileira, produzidas por diferentes autores. Vale observar as semelhanças e diferenças entre elas, bem como o número de regiões que cada um propôs. E é certo também que cada um fez a sua escolha para concluir quais regiões existiriam no Brasil e quais são os seus respectivos limites. Cada um deve ter tido para si a convicção de que, ou é a natureza ou é a sociedade que determina e marca mais a definição das regiões. Ou é o relevo, o clima, a vegetação, a hidrografia, os tipos de solos, a geologia que influenciam mais, ou é a sociedade com seus aspectos culturais, políticos e econômicos, sobretudo. Em síntese perguntamos: o que define uma região é o comportamento da sociedade ou são as características típicas da natureza?

Veja, por exemplo, a divisão proposta por Delgado de Carvalho. A divisão regional apresentada por ele é muito antiga, data de 1913. Este eminente professor tomou como ponto de partida para dividir o Brasil a premissa de que o importante para identificar a divisão regional brasileira eram as condições da natureza, num combinado de aspectos que levou o nome de “grandes regiões naturais”. Acreditava que os fatos humanos deveriam ser considerados somente quando estavam diretamente relacionados com os condicionantes da natureza. A razão, segundo argumentava, estava no fato de que se tomássemos primordialmente os aspectos humanos, teríamos uma divisão regional muito instável, pois os aspectos humanos mudariam com velocidade muito maior que os da natureza. E assim, propôs as seguintes regiões para o Brasil (ver na figura 2 o mapa correspondente à divisão de Delgado de Carvalho): 1- Brasil Setentrional ou Amazônico (composto por Acre, Amazônia e Pará); 2- Brasil Norte-Oriental (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas); 3- Brasil Oriental (Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais); 4- Brasil Meridional (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e 5- Brasil Central (Goiás e Mato Grosso). Como é possível observar, nesta época não tínhamos o estado do Mato Grosso do Sul nem o estado de Tocantins, entre outras modificações relacionadas com os antigos territórios brasileiros.

### Organizadores

Sonia Maria  
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues  
Martins

### Elaborador

Elvio Rodrigues  
Martins

# REGIÕES DO BRASIL SEGUNDO VÁRIOS AUTORES

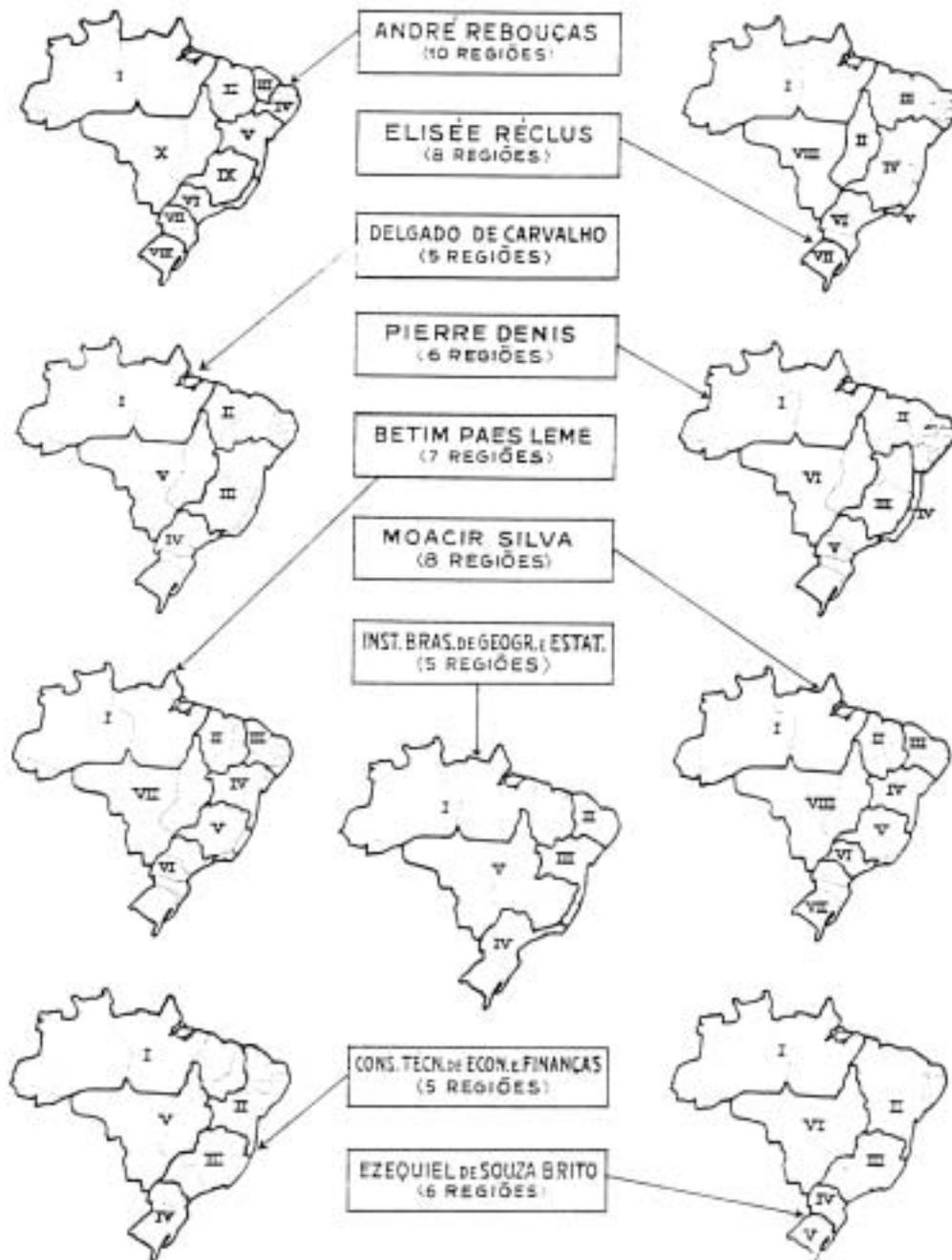


Figura 2. Fonte: Revista Brasileira de Geografia – abril-junho de 1941.





Figura 4. Elaboração: SIMIELLI, 1999, com base em Geotlas, 1988, Atlas Fename, 1986 e Ross, 1996. © 2000, M. E. SIMIELLI.

Já em relação à região correspondente ao Brasil Oriental, que inclui o estado da Bahia mais o de Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e Minas Gerais, temos a presença de um clima litorâneo úmido na costa atlântica, ao norte da Bahia o tropical semi-árido, no centro da região o tropical, e já ao sul, atingindo principalmente Minas Gerais, o chamado clima Tropical de Altitude. Em relação ao relevo, as características são muito semelhantes às da região norte-oriental, com exceção da parte sudoeste de Minas Gerais onde já encontramos a porção norte do Planalto Meridional. O que merece destaque aqui é a presença do Rio São Francisco, que começa lá no interior de Minas Gerais e passa por dentro do estado da Bahia, desembocando quase no limite entre Sergipe e Alagoas. Ao longo do seu percurso o rio (“O Velho Chico”, como gostam de chamá-lo), vai produzindo seus efeitos sobre o relevo, denominando-se a área em torno dele de Depressão Sertaneja e do São Francisco. Mais uma vez o Cerrado e as Matas Galerias dominam o cenário principalmente no interior da Bahia. Já Minas Gerais mostra ao longo de sua faixa leste, junto com Espírito Santo e Rio de Janeiro, a presença da Mata Atlântica, e no seu oeste a presença do Cerrado.

Em direção ao sul temos a região denominada Brasil Meridional. Seria a atual região sul (figura 1) mais o estado de São Paulo. Do ponto de vista do relevo destaca-se aqui o Planalto Meridional, ladeado em direção ao mar pelo Planalto Atlântico e a Planície Costeira, sendo o clima predominantemente o Subtropical Úmido, com exceção do interior de São Paulo onde encontramos o Tropical de Altitude e no noroeste deste estado o clima Tropical. Combinando esses aspectos de clima e relevo, observamos um quadro mais complexo no tocante a vegetação dominante, sendo o Rio Grande do Sul constituído no seu



Figura 5. Fonte: Revista Orientação, IG-USP, 1965.

extremo oeste de Pradarias, e no seu norte e avançando por Santa Catarina e interior de São Paulo o universo das Araucárias, e finalmente ao longo de praticamente toda a costa dessa região (com exceção da parte mais extrema do Rio Grande do Sul) a continuação da Mata Atlântica.

Por fim, temos o Brasil Central, que hoje seria a região Centro-Oeste, somando o fato de que hoje temos também o estado do Mato Grosso do Sul. Este é o domínio do Serrado, onde se combinam um relevo composto ao sul pelo Planalto Meridional, ao norte, ocupando uma vasta extensão, o Planalto Central Brasileiro. Soma-se ainda, e merecendo destaque a essa caracterização do relevo, o extremo oeste na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a presença da Planície do Pantanal, onde encontra-se o conhecido Pantanal Mato-grossense, caracterizado por uma biodiversidade impressionante. Trata-se também de uma região marcada pela presença da Bacia do Rio Paraná.

Estas, como vimos nessas descrições, eram as regiões propostas por Delgado de Carvalho. Aproveitamos para assinalar algumas das mais destacadas características que marcam cada uma dessas grandes regiões naturais. Nunca é demais assinalar que para este geógrafo são os aspectos da natureza que devem marcar as diferentes regiões. Ele mesmo, Delgado de Carvalho assinalava com toda a ênfase: “o homem ligado ao solo em que vive, moldado pela natureza, constitui em cada um desses quadros uma sociedade característica, com seus usos, seus costumes, seu gênio; deste conjunto e desta conexão geográfica nascem interesses regionais próprios, preocupações locais, os quais fazem da região um organismo inteiro (...)”. Observe que, nestes termos, aquelas observações que fizemos sobre a miséria social no nordeste e a questão da seca parecem perfeitamente corretas. Lembremos mais uma vez, há grandes problemas neste raciocínio e para que possamos ver quais são as limitações, necessitamos avançar mais um pouco.

Terminadas essas descrições derivadas da divisão regional proposta por Delgado de Carvalho, coisa que muitas vezes acontece nas aulas de geografia, a questão que se coloca é a seguinte: qual a importância de saber isso? Saber por saber todas essas características pode até ser muito bonito. Mas nosso propósito não é esse. Lembre-se, mesmo com a força dada por Delgado, da natureza na definição das regiões, nem ele desconsiderou a presença da sociedade em tudo isso. Ou seja, essas descrições impõem a necessidade de observar a relação existente entre este quadro extremamente rico da natureza com a sociedade. Mas, e aí, como ficamos? Na descrição de Delgado, como vimos, a natureza fala mais alto. Sem dúvida, isso tudo é muito importante considerar, mas resta saber **qual a importância que será dada por determinados tipos de sociedade a diferentes características da natureza**. Por exemplo, as populações indígenas brasileiras olharam e olham para este quadro natural e o consideram num determinado sentido, isso em função da maneira de prover a sua subsistência, ou mesmo em função da sua perspectiva cultural. Considerando o fato de que os povos indígenas brasileiros são e representam diferentes culturas na sua integridade, e se compararmos ao tipo de sociedade que é predominante no Brasil, chegaremos a conclusão de que a nossa visão é bastante distinta dos povos indígenas. Não exatamente no sentido de uma suposta disparidade no desenvolvimento tecnológico, e nem que há uma visão melhor ou superior a outra, mas **sim que tipo de valor ou importância cada sociedade dá a determinadas características da natureza**. Ou seja: qual a importância do clima subtropical úmido para nós? E o clima

tropical semi-árido, qual a importância que teve e tem para a sociedade brasileira? O mesmo perguntamos sobre a Bacia do rio Paraná. E o Cerrado, característica principal do Planalto Central Brasileiro, dotado de solos em geral pobres, são pobres em que sentido e para quem? E quando olhamos o Planalto das Araucárias, o que nos interessa saber de sua existência, ou mesmo qual o tipo de rocha predominante em sua composição, quais os solos que aí tiveram origem, que importância damos a eles? Qual a importância da Amazônia, do rio Amazonas, da Mata Atlântica, do Pantanal Mato-grossense? Enfim, poderíamos ficar perguntando por páginas e páginas acerca da importância e valor que tem a natureza para a sociedade brasileira?

Cada sociedade dá e tem o seu sentido de natureza.

E assim, neste olhar que atribui valor e importância, a sociedade brasileira se apropriou da natureza presente em seu território, e com isso deu origem a Geografia do Brasil na sua dimensão regional. E por que dimensão regional? Porque, mais que dizer que “este país é grande demais e é muito diferente de norte a sul”, devemos considerar o fato de que fomos nos apropriando da natureza em momentos diferentes e em lugares diferentes ao longo do território. Esta sociedade brasileira que hoje conhecemos e fazemos parte já foi muito diferente e por sua vez olhou para a natureza de formas diferentes. Certos aspectos não tinham valor num determinado momento e posteriormente passaram a ter, e outras perderam a importância que tinham. Em outras palavras, por um momento, um lugar tem ou teve mais importância que outros, pois contém no seu interior determinadas características que são mais interessantes em relação a outras, isso para um determinado momento. Numa hora um lugar vale mais e noutra hora é um outro que vale. Uma vez aqui, depois ali. Agora, imagine isso ao longo da História do Brasil. É nesse processo que foi se formando a Geografia do Brasil ou, como podemos dizer, a Formação Territorial Brasileira.

Mas o que significa dar valor e importância e, portanto, apropriar-se da natureza? Significa: caça, pesca, coleta, mineração, agricultura, pecuária, indústria, mito, crença, arte, imaginação, luta, disputa, conflito, identidade e assim por diante. Para melhor entender este processo, vamos aproveitar mais um mapa presente na figura 2.

## Unidade 3

# *Divisão regional: a sociedade olha para a natureza*

Observamos agora uma divisão regional numa outra perspectiva. Trata-se do penúltimo mapa abaixo da figura 2, aquele proposto pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF). O Conselho Técnico de Economia e Finanças era um órgão de estado e, em 1939, propôs uma divisão regional para o Brasil, não mais pensando nas características naturais, e sim nas diferentes atividades produtivas que então ocorriam no Brasil e as denominou de “zonas geo-econômicas”. Eram as seguintes regiões: 1- Norte, composto pelos estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí; 2- Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); 3- Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) 4- Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e 5- Centro (Goiás e Mato Grosso – ainda não existiam os estados de Mato Grosso do Sul e de Tocantins, este último agora pertence à região Norte – ver figura 1).

Olhando o mapa, um aspecto salta à vista: Maranhão e Piauí foram incluídos na região Norte, isso se compararmos com o mapa da figura 1. Tirando essa característica, essa divisão regional é idêntica em sua delimitação ao que hoje nos é dado pelo mapa do IBGE. Mas o mais importante é observar o que foi levado em consideração pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças ao apresentar essa regionalização do Brasil. Lembre-se, isso foi proposto em 1939 e a principal característica considerada foram as diferentes atividades produtivas presentes no Brasil, especialmente as atividades agrárias, ou seja, o que era produzido no campo, uma vez que nesta época a industrialização brasileira era bem mais tímida se compararmos com dias de hoje. De fato, nesta época, o desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil era muito pequeno. E levando em consideração que é a indústria que alavanca o crescimento das cidades, também podemos concluir que também estas eram bem menores em relação a hoje.

Assim, o Conselho observou que na região Sudeste estava concentrada 79% da produção industrial do país, e 59% da produção agrícola (principalmente café, algodão e banana, entre outros). Fora isso, nessa época, a região sudeste concentrava também 57% das redes ferroviárias e 47% das rodovias. Um dado que também chama a atenção é que neste período, o Sudeste concentrava 45% da população brasileira.

No restante das regiões Sul, Centro, Nordeste e Norte, as diferenças estavam, aos olhos do Conselho, no que era produzido no campo entre agricultura e pecuária. Por exemplo, a região Sul se destacava pela primazia de produtos

### Organizadores

Sonia Maria  
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues  
Martins

### Elaborador

Elvio Rodrigues  
Martins

## GEOGRAFIA

adaptados ao clima subtropical úmido, como o trigo, a cevada, além do plantio da uva destinada à produção de vinho, que nesta época representava 78% da produção nacional.

Com relação à questão do Piauí e do Maranhão pertencerem à região Norte, a justificativa possível estava relacionada com o extrativismo presente nesses estados, uma vez que os demais estados dessa região destacavam-se exatamente por esse tipo de atividade agrícola. No Amazonas, Acre e Pará predominava o extrativismo da borracha, da castanha, das madeiras e já no Maranhão e no Piauí a extração era do babaçu e da carnaúba.

Este mapa, portanto, proposto pelo CTEF, centra-se como dito nas atividades produtivas, todavia, nos deixa pistas de que ao fazer essa identificação das regiões, o Conselho levou em consideração indiretamente as condições naturais presentes ao longo do Brasil. É como se cada uma dessas atividades produtivas, com exceção da indústria, apontasse sob quais condições ambientais elas se adaptaram. Em verdade, seria interessante se sobrepuséssemos o mapa de Delgado de Carvalho sobre o do CTEF, tentando com isso verificar as características ambientais e a resposta que a sociedade dá mediante o desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente, como dito, nas atividades agrárias.



Figura 6. Fonte: Elaboração: SIMIELLI, 1999, com base em LÉPSCH, 1993; IBGE, 1997; entrevista DIAS FERREIRA, 1999. © 2000, M. E. SIMIELLI.



Figura 7. Geotlas, 1987, atualizado com *Quatro Rodas*, 1999. © 2000, M. E. Simielli.

### ATIVIDADE 1

Observe os mapas das figuras 3, 4 e 5.

- A) Correlacione o mapa de domínios morfoclimáticos, relevo e clima. Perceba qual a relação existente entre cada um dos domínios com o tipo de clima e tipo de relevo.
- B) Após estabelecer essas relações, faça uma comparação com mapa de tipos de solo (figura 6).
- C) Você deve ter percebido a existência da correlação entre estes elementos. Com base nestas informações, observe o mapa do uso da terra (figura 7) e analise a relação entre as atividades produtivas e as características naturais.
- D) Você observou com esta série de comparações as razões de certas atividades produtivas serem localizadas em determinadas regiões. Escreva um pequeno texto justificando se estas seriam as principais causas que explicam a localização dessas atividades produtivas.

Não exatamente com essa intenção, mas foi exatamente isso que fez o geógrafo Fábio Macedo Soares Guimarães, ao estabelecer as bases para a primeira divisão regional brasileira tornada oficial por intermédio do extinto Conselho Nacional de Geografia. A intenção desse grande geógrafo era principalmente estabelecer uma divisão regional, como ele mesmo dizia, de “fins práticos”. Ou seja, estava preocupado com a questão da administração do território nacional por parte do Estado. Resultam daí todas as conseqüências que já mencionamos linhas atrás.

Mesmo assim, podemos concluir como foi determinante, na identificação das regiões brasileiras, a variação do quadro natural brasileiro e como esse aspecto tinha importância dobrada quando se considerava a apropriação que a sociedade brasileira fazia da natureza, que era majoritariamente envolvida com a produção agrária. Outra conclusão, que vai ter enorme importância mais tarde para nós, é o fato de que a indústria estava concentrada na região Sudeste. O que nos remete a outra pergunta: por que isso ocorria? Ou seja, porque na geografia do Brasil de então, a localização da indústria se prendia principalmente aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro? De saída, já podemos pelo menos dizer que a causa não deve ser a natureza, pois se para a agricultura, o clima, o relevo e o solo são importantes; para o desenvolvimento industrial isso não é assim tão relevante. Não estamos dizendo que o clima, por exemplo, não seja importante para qualquer atividade produtiva (pois o clima, como todos os aspectos da natureza, são importantes para a vida como um todo), mas convenhamos, o que importa se o clima é tropical, ou equatorial úmido, para uma linha de montagem de veículos? Importa, mas importa menos que para as atividades agrárias. Então, temos uma pergunta sem resposta. Pelo menos naquilo que esses mapas nos dizem.

Talvez a resposta esteja na afirmação que fizemos linhas atrás, de que a Formação Territorial Brasileira, ao longo de sua história, se constituiu em épocas diferentes, e para cada época um lugar diferente. Uma coisa foi o que aconteceu na zona da mata e no sertão da região nordeste, e outra foi o que aconteceu na parte norte do Planalto das Araucárias e sul do Planalto Atlântico, ou seja no miolo da Região Sudeste. Foram duas épocas e dois lugares distintos. O que aconteceu nesses dois lugares, na suas origens marcou os seus destinos, e foi também o marco que consagrou a existência de futuras regiões. Não podemos aqui entrar em detalhes do que exatamente se processou, mas

podemos dizer pelo menos que não foi a natureza a responsável por isso. Se a natureza teve sua contribuição, a teve na maneira como as sociedades da época a valorizavam. Nosso olhar, portanto, deve estar posto menos na natureza neste caso, e mais na própria sociedade. Vamos ver isso então mais de perto.

## Unidade 4

# *A construção das regiões e da regionalidade brasileira*

Organizadores

Sonia Maria

Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues

Martins

Elaborador

Elvio Rodrigues

Martins



Figura 8. Fonte: VESENTINI, 1999.

Quais são as épocas e quais são os lugares? Olhemos agora o mapa da figura 8. Surgem aí três grandes regiões no Brasil: 1- região Nordeste; 2- Amazônia 3- Centro-sul. Chama a atenção o fato de essas três grandes regiões não se delimitarem em função da linha que separa as unidades federativas brasileiras. Por exemplo, o norte de Minas Gerais não pertence à região Centro-sul, e sim à região Nordeste. E por que isso? O que este mapa tenta nos mostrar é que a constituição da geografia do Brasil se estabeleceu em três circunstâncias básicas muito distintas.

No caso da região Nordeste, sua formação ganhou relevância quando do surgimento da lavoura de cana-de-açúcar, com a finalidade de produzir açúcar. Era uma atividade presente na zona da mata nordestina e se favorecia pela presença do solo de massapê derivado do calcário, que é uma rocha sedimentar. Ali, no transcorrer do século XVI (mais ou menos por volta de 1560), teve início o plantio da cana e a produção de açúcar, artigo cobiçado nos mercados europeus da época. Foi um processo que iria marcar aquele lugar, dando origem à constituição da sociedade nordestina e à futura região nordeste. No início, adotando a mão-de-obra escrava e, mais tarde, com o surgimento do camponês, o proprietário de terras, que no princípio era um sesmeiro, no futuro se converterá na figura conhecida como “coronel”, isso já em pleno século XX. Tudo isso ocorreu mais ou menos a partir de 1560 e teve seu auge até o século XVIII.

Já mais para dentro do continente, no sertão, ao longo, por exemplo, do vale do rio São Francisco, ou ao longo do vale rio Parnaíba, entre o Maranhão e o Piauí, desenvolve-se a pecuária, que nas épocas seguintes dividirá a área do criatório com a produção do algodão. Junto com o plantio de cacau que ocorre no sul da Bahia, gado e cana (açúcar), vão ser a realidade daquela parte do Brasil durante séculos, até décadas recentes, definindo ali uma sociedade marcadamente rural e arraigada nas atividades agrárias. Talvez tão arraigada que tenha nesse sentido tornado-se conservadora a ponto de apresentar obstáculos à industrialização, que foi aparecendo aos poucos (na virada do século XIX para o XX) em outras partes do país. Sendo mais preciso, conservador e tradicionalista foi mesmo a figura do Coronel, que se constituiu em uma elite agrária e em um indivíduo que mantinha seu poder sobre a política e a economia. Mesmo depois que o plantio da cana e da produção de açúcar caiu em declínio, coisa que vai ocorrer no século XVIII, nada de muito diferente ocorreu para que aquela realidade mudasse. E se formos falar em mudanças, estas serão no sentido de ir piorando cada vez mais as condições de sobrevivência naquela região, principalmente para o trabalhador camponês que, frente à contínua decadência da economia conservadora dos coronéis, viu-se em épocas posteriores a não ter outra alternativa senão a de migrar para outras regiões do Brasil. Principalmente em função do fato de que já no século XX, após os anos 30, a industrialização já começava a se estabelecer de forma mais significativa para os lados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mas antes de falarmos da região centro-sul, onde a indústria ganhará força, precisamos falar de um outro processo e, por sua vez, de um outro lugar que merece destaque. Trata-se da Amazônia. Durante todo o período colonial do Brasil e até aproximadamente 1898, a região Amazônica se caracterizava pelo extrativismo das chamadas “drogas do sertão”, junto com a presença dos jesuítas. Tudo isso era bastante modesto até o momento em que a seiva (látex) das seringueiras e cauchos (árvores com grande presença na vegetação exuberante daquela região) passassem a ter um valor extraordinário. Era a matéria-prima da borracha. E num curto período de tempo (até aproximadamente 1915) a Amazônia conheceu uma revolução em sua geografia, com o crescimento de cidades como Belém e com a disseminação e o desenvolvimento pelo seu interior do monoextrativismo da borracha. Foi o que aconteceu, por exemplo, ao longo do rio Araguaia até a cidade de Conceição do Araguaia, ou então pela margem direita do rio Xingu até a cidade de São Félix.

Como foi dito, foi um período curto, mas marcante. Todavia, ao se extinguir o interesse pela borracha da Amazônia, a realidade daquela região voltou

a ter quase as mesmas características de então, deixando apenas a lembrança desse período na geografia construída em cidades como Belém, e o fato de que na distribuição da propriedade da terra sobressaíam as grandes propriedades mal delineadas e mal marcadas. Proprietários de terras e demais segmentos ligados à extração e ao comércio do látex voltaram-se para outros extrativismos e também para a pecuária. Consolidava-se com isso o latifúndio na Amazônia. E assim, configura-se mais uma vez a tradição de uma sociedade rural sedimentada numa atividade agrária.

E, por fim, a região centro-sul. Para caracterizá-la, nos obrigamos aqui a dividi-la em duas sub-regiões, isso quanto a sua formação original. Uma mais ao norte, incluindo o norte do Paraná, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro e o sul de Minas Gerais, e a outra mais meridional, composta pelo sul do Paraná e os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul.

Na parte norte da região centro-sul, convém observar os seguintes aspectos naturais: no Planalto Atlântico, mais exatamente na Serra do Mar, nas alturas de São Paulo, encontramos um solo que teve origem na decomposição de uma rocha magmática chamada basalto. Esta rocha, ao se decompor, somada à presença de uma rica matéria orgânica, deu origem àquilo que conhecemos como “terra roxa”. Se considerarmos o fato de que o clima apresenta uma estação de chuvas e uma estação de secas bem definidas, mais médias térmicas superiores a 18° C, encontraremos a razão do porquê foi possível a cultura do café naquela região. Porém, na verdade, o início do plantio do café não foi em São Paulo, mas sim nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, isso por volta de 1830. Aos poucos, com o sucesso de sua comercialização em mercados como os do Estados Unidos e Europa, o café foi avançando. Primeiro, foi em direção ao vale da parte média do rio Paraíba, com isso entrando em áreas próximas aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, isso em torno de 1850. A partir daí, começa a subir a encosta atlântica da Serra do Mar, até chegar ao planalto Paulista, e aí sim encontrando a “terra roxa”, e já estamos no ano 1870. Essa marcha de espraiamento ficou conhecida como “marcha verde”.

Considerando isso tudo, podemos dizer que essa foi a atividade econômica que marcou a geografia local e definiu a existência da região centro-sul em sua parte setentrional. O café trará melhorias portuárias e provocará a expansão das linhas férreas pelo interior do Brasil, principalmente no estado de São Paulo. Uma série de municípios terão seu crescimento ocasionado por essa atividade produtiva, como é o caso de Limeira, Rio Claro, Ribeirão Preto, entre outras.

Temos aí mais uma realidade que se destacou pela produção agrária. Como podemos supor, em função disso, que é nesta região onde encontraremos o desenvolvimento industrial? Em verdade, este é um processo que foi se dando lentamente, aos poucos.

No seu início, o café reinava soberano como única e verdadeira fonte de riqueza. A figura mais conhecida nesse cenário eram os chamados “Barões do Café”, os grandes proprietários de terras que exploravam a mão-de-obra escrava no cultivo dos cafezais. O problema é que exatamente neste período, onde a “marcha verde” tinha curso, estava havendo um aumento crescente dos obstáculos para exploração da mão-de-obra escrava no Brasil. É no curso do século XIX que aparecem a lei do sexagenário, a lei do ventre livre, a

abolição do tráfico negreiro para finalmente, em 1888, ter a abolição da escravatura. De um lado, os cafezais cresciam em número e extensão e, de outro, minguava cada vez mais a mão-de-obra escrava. E aí, é aquela velha história, quanto mais se procura mais caro fica, e quanto mais caro o escravo, mais caro é produzir café. Portanto, a saída era a adoção do trabalho livre, ou, mais exatamente, a criação do mercado de força de trabalho. Ou seja, compra e venda de força de trabalho. É o trabalhador vendendo sua força de trabalho e o empregador pagando salário.

Em verdade, pagar salário era coisa que também se fazia no nordeste açucareiro e algodoeiro/pecuário, mas as coisas em torno do cafezal eram mais intensas. Sobretudo para suprir a carência de braços na lavoura, o governo brasileiro da época foi aos poucos estimulando a vinda de trabalhadores imigrantes provenientes da Europa e extremo oriente. Assim, foram chegando, de forma cada vez mais intensa, italianos, japoneses e alemães. E quando esse pessoal chegou, estavam já acostumados com o negócio de receber salário. Logo, aqui firmavam seus contratos nos mesmos termos. Ganhavam por pés de café colhido, além de um pequeno pedaço de terra para produzirem seus gêneros de sobrevivência.

Mas salário pago é dinheiro no bolso, e dinheiro no bolso é possibilidade de comprar o que não se produz, como, por exemplo, artigos industrializados. Eis aí um iniciante, mas firme mercado consumidor. E, pronto, temos a possibilidade que faltava para o desenvolvimento da indústria, ou seja, só se produz se há quem compre. Até mesmo o produtor de café, em certas circunstâncias, lançou-se na empreitada de diversificar seus negócios, sendo também protagonista da industrialização.

E veja como são as coisas: sociedade e natureza estão em relação, como dava para ver na derrubada da Mata Atlântica e no surgimento do cafezal na paisagem. Clima e solo eram favoráveis, mas nunca entenderíamos o que aconteceu se não especificássemos qual a maneira determinada que a sociedade brasileira da época se apropriava do meio. Primeiro mediante à mão-de-obra do escravo e depois com força de trabalho assalariada do imigrante. E também, de como a sociedade da época valorizava a natureza, pois se o café não desse rendas muito altas, qual a importância que teria a terra roxa?

Já no sul do sul, ou seja no Brasil meridional, as coisas foram um tanto diferentes. Naquela direção, a figura do imigrante foi introduzida para constituir um verdadeiro processo de colonização. Não desconsideremos o fato de que aquela parte do país não era desabitada, pois havia a presença de populações indígenas. Mas o certo é que primeiro os alemães (por volta de 1825) e depois os italianos constituíram uma ocupação onde o predomínio eram pequenas propriedades que adotavam a mão-de-obra familiar. Produziam para a sobrevivência e comercializavam o que não consumiam, principalmente em cidades mais próximas. Na verdade, o governo brasileiro da época tinha essa intenção, a de desenvolver uma agricultura de abastecimento baseada na imigração. O interessante era observar que tais ocupações coloniais não podiam adotar a mão-de-obra escrava. Isso tudo no extremo sul do Planalto das Araucárias. Com o passar do tempo, houve um esgotamento das áreas coloniais, forçando os primeiros descendentes de imigrantes a se movimentarem em direção ao oeste de Santa Catarina.

Mais ao sul, ainda encontramos uma área de ocupação mais antiga. Desde o século XVII as coisas já vinham acontecendo por ali, todavia era uma con-

juntura que se desenvolvia de forma tumultuada, principalmente devido às disputas de fronteira com a Coroa Espanhola. Apesar de tudo, foi ali que teve início o criatório do gado bovino, inicialmente nas chamadas charqueadas e posteriormente nas estâncias. Nessa parte extrema do Brasil, homens lideraram grupos que lutaram para definir os limites do território brasileiro, recebendo em troca data de sesmarias, dando origem às grandes propriedades de terras nesta parte do Rio Grande do Sul.

#### QUESTÃO 1

(Fuvest 2001) As rochas mesozóicas da bacia sedimentar do Paraná ocupam extensas áreas na região Sudeste. Em especial, sobre os ....., a pedogênese deu origem a solos com boa fertilidade natural. Com o avanço da cultura ....., acelerou-se a devastação das florestas primárias. Atualmente, os maiores produtores dessa cultura são os Estados de ..... e .....

Que alternativa completa, na seqüência correta, as lacunas do texto?

- a) derrames basálticos / cafeeira / Minas Gerais e Espírito Santo.
- b) derrames basálticos / cafeeira / Minas Gerais e Rio de Janeiro.
- c) depósitos eólicos / canavieira / Minas Gerais e Espírito Santo.
- d) depósitos eólicos / canavieira / Minas Gerais e Espírito Santo.
- e) depósitos aluviais / cafeeira / Rio de Janeiro e São Paulo.

Seria importante considerar nesse momento que é sobre esta realidade regional diferenciada, desenhada nas linhas anteriores, que encontraremos a principal origem das culturas regionais brasileiras. Num quadro tão diversificado, cada região brasileira refletirá nos seus hábitos e costumes este universo da reprodução cotidiana da relação do homem com seu meio. Da fala e de seu sotaque, passando pela música e pela literatura, o Brasil vai construindo suas culturas locais, suas identidades regionais. Onde o universo é mais rural que urbano, será a realidade do campo a marcar a cultura, e quando a cidade for mais presente, o inverso ocorre. Frevo, maracatu, samba, milonga, são expressões regionais, reflexos de realidades locais. Neste cenário os brasileiros vão construindo suas identidades regionais.

E com isso podemos voltar ao mapa do CTEF e ver porque houve aquela concentração industrial na região sudeste bem como as demais características nas outras regiões brasileiras. Temos também o mínimo de explicações do porquê da disparidade regional presente no Brasil. De fato, com o advento da industrialização do centro-sul, as transformações ocorridas na geografia brasileira serão cada vez mais acentuadas. Principalmente tendo em vista que o processo de industrialização acarreta o crescimento das cidades e, com isso, o aumento da população que vive nelas. Lentamente, ao longo das décadas que se sucederam ao desenvolvimento da indústria, o Brasil foi deixando de se caracterizar como uma sociedade de traços rurais para se firmar como um país de realidade mais urbana. No Brasil, a geografia foi ficando mais urbana que rural. Primeiramente, assim foi se constituindo em São Paulo, Rio de Janeiro e seus arredores e posteriormente também se deu com o crescimento das principais cidades brasileiras.

Sim, porque o que ocorreu no centro-sul foi progressivamente influenciando e determinando a realidade do restante do país. Claro que não de for-

## GEOGRAFIA

ma idêntica, mas como se a partir desse momento tudo girasse em torno do eixo de industrialização estabelecido entre São Paulo e Rio de Janeiro. Mesmo a realidade do campo sofreu alguma alteração. Podemos dizer que as atividades produtivas no campo sofreram um processo de modernização com a introdução de tecnologias envolvendo maquinários, adubos, pesticidas etc.

Essa nova realidade do campo não se estabeleceu de forma homogênea, e nem alterou de forma significativa uma antiga e triste tradição da geografia brasileira, qual seja a concentração de terras. Infelizmente este traço característico, que marca a nossa geografia em quase todos os quadrantes do território, teve sua continuidade e, pior, aumentou com o passar de décadas recentes. Mesmo a mencionada modernização das atividades agrárias só beneficiou substantivamente àqueles que já estavam na condição de grandes proprietários. Logo, os movimentos sociais no campo, ou seja, o movimento camponês, mostrará esse contraste.

Estabelecida essa nova realidade, o importante agora é observarmos qual o papel que o desenvolvimento das cidades terá na estruturação e redefinição das regiões brasileiras. Primeiro, é bom lembrar que o mapa da figura 1, este que mais conhecemos como a divisão regional brasileira, teve origem exatamente com esta realidade de pano de fundo. O peso das cidades na ordenação do espaço geográfico brasileiro foi tanta que a partir de 1964 passou a se consolidar a idéia da criação de Regiões Metropolitanas Brasileiras, tendo uma determinada cidade (chamada de cidade-mãe) o papel de elemento polarizador do seu entorno, fazendo com que as cidades vizinhas representassem satélites ao seu redor. Basicamente, as maiores capitais brasileiras foram constituídas como cidades-mãe na caracterização das regiões metropolitanas. A cidade de Porto Alegre, por exemplo, fundou uma região metropolitana onde estão reunidos os municípios de Canoas, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada e Cachoeirinha.

### QUESTÃO 2

(Fuvest 2000) No Brasil, as regiões metropolitanas caracterizam-se por:

- a) concentração de migrantes. A classificação como metrópole regional ou nacional depende da concentração de organismos públicos federais.
- b) concentração populacional em torno de um município. A classificação como metrópole regional ou nacional depende da proporção de imigrantes regionais ou nacionais no conjunto de sua população.
- c) processo de desconcentração industrial. A importância regional ou nacional de sua indústria é que permite classificar uma região como metrópole regional ou nacional.
- d) conurbação de várias cidades em torno de uma cidade central. A definição dessa cidade como metrópole regional ou nacional depende do alcance territorial de suas atividades econômicas.
- e) processo de concentração populacional em torno de um município. A classificação como metrópole regional ou nacional depende de sua influência no desenvolvimento industrial regional ou nacional.

Em verdade, o papel das cidades agora é determinante porque elas são o elemento catalisador. Isso ocorre porque, primeiro, é nas cidades que se desenvolvem as atividades econômicas dominantes, envolvendo a produção industrial e as atividades financeiras realizadas por empresas bancárias. Segun-

do, concentram dentro de si uma série de atividades que denominamos de “serviços”, como os hospitalares, de ensino, de pesquisa, de imprensa, de comunicação, entre outros. Um outro motivo está relacionado ao mercado consumidor, tanto no sentido de consumir aquilo que é produzido no campo, como também de consumidora de artigos produzidos por outras cidades. Assim, as cidades passam a ser hierarquizadas segundo a importância que possuem entre si em função dos aspectos listados anteriormente. E, a partir disso, é fácil supor porque as cidades mais importantes polarizam em torno de si as regiões mais importantes. No conjunto da hierarquia, encontraremos um universo especializado por regiões, numa verdadeira Divisão Territorial do Trabalho. Contudo, há ainda mais um detalhe importante: daqui em diante vamos ter que observar essas regiões polares também na perspectiva de suas relações com o resto do mundo, uma vez que se integram num quadro de atividades de produção e circulação de mercadorias que ganhou escala mundial. É o que se convencionou chamar de “globalização”. A principal consequência deste fenômeno, é o fato de que os acontecimentos internos que determinam a dinâmica das cidades e, por conseguinte, de cada região, encontram suas motivações e causas também fora delas, principalmente fora do país.

É o que vemos no Brasil de hoje. A despeito de verificarmos nestes últimos anos (a partir da década de 70) uma desconcentração do fenômeno industrial pelo resto do Brasil, o fato é que Rio de Janeiro e principalmente São Paulo e arredores, concentram as principais regiões polarizadas do Brasil. Vejamos isso em mais detalhes.

## Unidade 5

# O Brasil regional de hoje

Continuemos a observar o mapa da figura 8. A parte oeste da região Centro-sul, o Nordeste e o Norte vão representar os novos pólos de desenvolvimento industrial, principalmente, neste último caso, a cidade de Manaus.

Na verdade, Manaus começou como uma Zona Franca (1967) que posteriormente agregou o seu entorno, mais exatamente todo o estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Tratava-se de um mercado de produtos importados, livre de impostos. A partir de 1980, é que entra em cena o desenvolvimento do pólo industrial, principalmente de motocicletas, relojoeiro, eletroeletrônico e material óptico. As coisas levaram um certo tempo para se firmarem, mas já na década de 1990 este pólo industrial se destacava por concentrar seis das maiores empresas ligadas à produção de bens eletroeletrônicos. É o caso da Philips, da Semp Toshiba e da Gradiente.

A par deste fato, a floresta Amazônica tem reduzido sua área, dada a expansão da pecuária e da agricultura desenvolvida em grandes propriedades, e também a exploração indiscriminada da madeira. Nunca é demais lembrar que a floresta Amazônica representa uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, além de lugar de morada de inúmeras tribos indígenas. Infelizmente temos tido notícias de constantes conflitos entre as populações indígenas e diferentes parcelas da sociedade interessadas na exploração da floresta, como garimpeiros, madeireiros e fazendeiros, e com isso, muitas vezes, invadindo áreas que já estão demarcadas como reservas.

No que diz respeito a região nordeste, misturam-se velhos e novos elementos da configuração da paisagem da região. Os velhos problemas continuam sendo o problema da seca, mais exatamente o chamado polígono da seca, que quase toma por inteiro o interior dos estados da Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e o norte de Minas Gerais, com destaque para a área do vale do rio Jequitinhonha, não exatamente incluído dentro do polígono das secas, mas que é uma das áreas de maior pobreza e dificuldades sociais do país. Como se sabe, o problema é muito antigo, mas sua solução esbarra na força das tradicionais oligarquias rurais, principalmente agora, na figura dos usineiros. Podemos mesmo dizer que a seca não é um problema do clima, mas sim um problema social.

Observe-se que entre 1960 e 1964 a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), uma instituição do Estado brasileiro com finalidade de enfrentar os problemas da região, tinha para si as seguintes metas: a) a

### Organizadores

Sonia Maria  
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues  
Martins

### Elaborador

Elvio Rodrigues  
Martins

## GEOGRAFIA

produção de alimentos na zona da mata; b) o desenvolvimento, na faixa do clima tropical semi-árido, de uma agricultura resistente a secas; c) o desenvolvimento da irrigação no rio São Francisco. No primeiro caso, as iniciativas fracassaram em função da entrada em cena da produção de cana e sua conversão em álcool combustível. Tratava-se de uma iniciativa que tentava por fim ao secular problema da fome ali existente. Entretanto, predominou o interesse de plantar cana e não o cultivo de alimentos para o desenvolvimento do pequeno produtor local. Já na segunda meta da Sudene, a questão mais importante era a perfuração de poços, tentando com isso atender às necessidades humanas e também permitir o desenvolvimento da pecuária. Mas, mais uma vez, prevaleceu o peso social dos grandes proprietários de terras e líderes políticos locais (que por vezes são a mesma pessoa), e o programa acabou por beneficiar estes mais ricos. Quanto à irrigação da bacia do Rio São Francisco, que possui uma área de aproximadamente 670.000 quilômetros quadrados, foi uma iniciativa que na época tinha em mente a irrigação de 150 mil hectares, beneficiando cerca de 50 mil famílias de pequenos produtores, aumentando com isso a oferta de alimentos tão escassos no nordeste. Mais uma vez líderes políticos locais e grandes proprietários intervieram nesse plano, dando prioridade às áreas destinadas à instalação da destilaria do Proálcool, a usinas de açúcar de grandes empresas, à produção de suco de tomate e uvas de alta qualidade para exportação. Outra vez o camponês pobre saiu perdendo. Tudo isso ocorreu nos anos subseqüentes a 1964, e de lá para cá muito pouca coisa mudou.

### ATIVIDADE 2

Leia as afirmações abaixo:

São as chuvas incertas, com um regime pluviométrico de uma irregularidade espetacular, que tornam o clima nordestino um fator de degradação da vida do homem nesta região. Desta irregularidade de chuvas resultam desde o empobrecimento progressivo do solo pela erosão até crises calamitosas de fome na região. Josué de Castro *in Geografia da Fome*.

Se existem tantos brasileiros mal alimentados, não é tanto porque não haja o bastante o que comer para todos, como porque a sociedade não está organizada de maneira a colocar toda a produção à disposição de todo o país (...) Jacques Lambert *in Os Dois Brasis*.

a) A partir das explicações anteriores e as discussões em sala, compare estas duas afirmações e responda:

- O que há de mais ou de menos correto nestas afirmações ?

O aspecto novo neste cenário tão tradicionalmente sofrido foi o desenvolvimento industrial desta região, principalmente Bahia, Ceará e Pernambuco. Este fenômeno foi ocasionado principalmente por dois motivos. O primeiro, em decorrência de incentivos fiscais promovidos por governos locais, que oferecem uma taxa menor de impostos para as indústrias que viessem a se instalar no estado. E o segundo motivo está relacionado à organização do movimento sindical em estados e cidades já tradicionais em concentrar indústrias. Nestes locais tradicionais, o movimento operário já amadureceu no sentido dos seus direitos, e com isso tem maior firmeza nas suas reivindicações, como no caso de propor reajustes salariais. Assim, em lugares onde a industrialização é relativamente recente, esta força do movimento operário já não é

tão presente, fazendo com que os salários possam ser mais baixos que em relação a outras áreas do país. E aí não tem outra: salário baixo é custo de produção menor, e com isso o lucro é maior.

Mesmo assim a participação do nordeste na industrialização brasileira continua baixa. Outras características que merecem ser mencionadas são a introdução, principalmente na Bahia, de uma agricultura de frutas mais ativa, com finalidade de comercialização nos grandes centros urbanos, o aumento da produtividade do algodão, o plantio de trigo na Bahia, Maranhão e Ceará. E por último, um dado que merece destaque: apesar da tradição, a produção de cana dos estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia e Paraíba, juntos, correspondem a 16% do total produzido no país.

### QUESTÃO 3

(Fuvest 2001) A desconcentração industrial verificada no Brasil, na última década, decorre, entre outros fatores, da

- a) ação do Estado, por meio de políticas de desenvolvimento regional, a exemplo da Zona Franca de Manaus.
- b) elevação da escolaridade dos trabalhadores, o que torna todo o território nacional atraente para novos investimentos industriais.
- c) presença de sindicatos fortes nos estados das Regiões Sul e Sudeste, o que impede novos investimentos nessas regiões.
- d) isenção fiscal oferecida por vários Estados, associada à baixa remuneração da mão-de-obra local.
- e) globalização da economia que, por meio das privatizações, induz o desenvolvimento da atividade industrial em todo o território.

A conclusão que se chega, neste breve apanhado, é que a região nordeste continua amargando o peso da tradição de sua constituição, repercutindo isso no processo ainda presente de trabalhadores, que na impossibilidade de se incorporarem às atividades de sua região, vêm-se obrigados ao já tradicional processo migratório do nordeste para o centro-sul, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, o nordeste compõe a divisão territorial do trabalho no Brasil oferecendo braços para o trabalho nos centros urbanos do centro-sul e a produção agrária caracterizada por insumos para a indústria, e culturas para o consumo dos grandes centros urbanos. O destaque para indústria local como vimos é muito pequeno.

No Centro-sul, as características ali presentes, ou se reforçaram, ou mudaram de perfil. No centro-sul meridional, houve um aumento significativo da industrialização, bem como no que se refere às atividades agrárias de caráter empresarial. Soja, fumo, arroz, trigo, cebola entre outras culturas ganharam redefinição e expandiram suas áreas. Isso não significa dizer que as dificuldades, sobretudo do pequeno agricultor, tenham desaparecido. Foi esse mesmo processo de agricultura empresarial, que envolve o consumo significativo de implementos agrícolas industrializados, que implicou, em determinados casos, a perda da propriedade da terra por parte do pequeno produtor, atolado em dívidas bancárias. Exemplo é o ocorrido com a expansão da lavoura de soja e trigo nas antigas áreas de colonização do extremo sul do Planalto das Araucárias, durante os anos 60 e 70. As pessoas que perderam terra lá para aqueles lados, junto com outros agricultores, logo organizaram um movimento, o Movimento dos Agricultores Sem Terra.

## GEOGRAFIA

Por fim não podemos esquecer do oeste da região centro-sul, composta pelos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Desenvolveu-se ali, em torno da área do pantanal mato-grossense, áreas destinadas à criação de gado, bem como a lavoura de soja e arroz, principalmente. No tocante ao estado de Goiás, além da presença da soja o destaque fica para a mineração. É necessário ainda afirmar o fato de que esta parte da região vem conhecendo progressivamente a presença da indústria, relacionada especialmente com ramos da cadeia produtiva de agroindústrias localizadas mais ao sul.

Já na parte norte da região centro-sul, que abarca o sul de Minas Gerais e principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as metamorfoses foram significativas, principalmente no tocante a questão da indústria. No caso de São Paulo, que merece mais destaque, observou-se um processo de desconcentração industrial. Se somarmos todas as indústrias presentes no Brasil, observamos que no interior do estado houve, nos últimos trinta anos, um aumento de estabelecimentos industriais, enquanto que na região metropolitana de São Paulo participam menos do total nacional de empresas. Mesmo assim, se juntarmos Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, é aí que vamos encontrar o maior número de indústrias ligadas aos ramos de transporte, química, mecânica e metalurgia, produtos e materiais plásticos, material elétrico e comunicação.

Com relação à produção agrária, onde antes víamos o predomínio absoluto do café, encontramos agora uma diversificação bastante grande naquilo que é produzido. O destaque fica para as grandes lavouras de cana-de-açúcar, laranja e o criatório de gado bovino, além de outros produtos como soja, frutas em geral. Trata-se também de uma região onde a modernização das atividades agrárias avançou consideravelmente. No caso da cana, é conhecida a parte oeste do estado de São Paulo, nas áreas em torno de Jaboticabal, destacada também por ser uma parte do estado envolvida em conflitos pela terra.

### ATIVIDADE 3



Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

Com base neste gráfico que representa o crescimento industrial brasileiro de junho de 2003 a junho de 2004 responda:

- Que diferenças são possíveis de serem verificadas com relação à descrição das atividades produtivas industriais apresentadas pelo CTAF em 1939?

Observação: o gráfico põe à parte da região nordeste os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco.

## QUESTÃO 4

Distribuição relativa ao Produto Interno Bruto (PIB), em porcentagem nas macro-regiões brasileiras (1949- 1990).

Regiões/ano	1949	1970	1980	1990
SE	67,5	65,2	62,2	57,2
S	15,2	17,0	17,3	16,9
NE	13,9	11,9	12,2	14,8
N	1,7	2,2	3,3	4,9
CO	1,7	3,6	5,0	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

- cite duas razões econômicas para a pequena alteração relativa do PIB na região Nordeste.
- cite uma razão para a queda relativa do PIB na região Sudeste.
- cite duas razões do dinamismo da região Centro-Oeste.

Fonte: Carlos A. Pacheco. *A Fragmentação da Nação*. Campinas, IE-Unicamp, 1998, p. 54.

Assim, nesse processo todo da construção diferenciada da geografia do Brasil, na consolidação de suas regiões dinamizadas pelo crescimento das cidades e urbanização da sociedade, o território nacional foi cortado por vias de circulação de todos os tipos. O panorama dessas vias de circulação reflete bem este desenvolvimento desigual e combinado presente entre as regiões brasileiras. Destacaremos a seguir as rodovias e ferrovias.

Parte considerável da malha de rodovias que corta o território ainda é concentrada no litoral, especialmente na região centro-sul, denotando com isso o papel polarizador dominante que os centros urbanos dessa região exercem sobre o conjunto da geografia do Brasil. É bom lembrar que no total de todas as rodovias brasileiras, somente 8,9% encontram-se pavimentadas, e mais uma vez é no centro-sul que encontramos a maior parte delas.

Quanto às ferrovias, estas estão esparsamente presentes no Brasil. Apesar de nos últimos anos apresentarem uma pequena melhoria, dada a sua integração com a malha rodoviária e a inauguração de novos trechos, este tipo de transporte, que seria fundamental na integração e interligação do conjunto do território, continua muito pouco desenvolvido. O pouco que encontramos está destinado em sua maioria ao transporte de mercadorias. E mais uma vez o centro-sul é favorecido.

O último aspecto que vamos considerar aqui, diz respeito a como evoluíram as questões referentes à identidade regional da sociedade brasileira, e os aspectos culturais aí envolvidos. Das origens rurais, na constituição de culturas regionais que obedeciam este caráter, a sociedade brasileira se urbanizou, ou seja, predominantemente a população habita cidades e com isso não vive mais no seu cotidiano a realidade da vida do campo. Os cidadãos são em maior número que os camponeses, e isso representa alguma alteração no sentimento de identidade regional. A comunicação disseminada por todo o território, principalmente através de mídias como televisão e o rádio, faz presente em cada lugar culturas e hábitos de outros lugares e não necessariamente de origem brasileira. As culturas agora são urbanas, representando um todo di-

## GEOGRAFIA

verso onde convivem ou se misturam referências culturais de origem diferentes. Se o samba foi se entender com o jazz e virou bossa-nova, agora junto ao maracatu convive o hip-hop, e junto com o samba, o rock. Mesmo assim, é notável como é presente o sentimento de regionalidade e de identidade local nas diferentes parcelas da sociedade brasileira ao longo do território. Persistem perspectivas locais de identidade e de desenvolvimento, mesmo diante de um quadro em que, mais que a produção e a circulação de mercadorias, a própria cultura experimenta uma mundialização. Ela mesma, em alguns casos virou mercadoria.

Enfim, o Brasil continua muito diferente do Oiapoque ao Chuí, ou seja, trata-se de um país constituído por uma geografia regional.

## Bibliografia

- AB'SÁBER, Aziz. *Os Domínios de Natureza no Brasil*. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1957.
- CARVALHO, Delgado de. *Metodologia do Ensino Geográfico: Introdução aos estudos de geographia moderna*. São Paulo, 1925.
- GUIMARÃES, Fábio M. S. *Divisão Regional do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, Conselho Nacional de Geografia, Abril-Junho 1941
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1972.
- MOREIRA, Ruy. *Formação do Espaço Agrário Brasileiro*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1990.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território sociedade no início do século XXI*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2003.
- SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. Editora Ática: São Paulo, 2000.

# Anotações

# Anotações

# Anotações

# Anotações